

Especial: Panorama do Teatro Português Contemporâneo**Dramaturgia portuguesa contemporânea: sim e não**

Por Jorge Loureiro Figueira

Não: «nem temos um teatro material, nem um drama, nem um actor. Os Autos de Gil Vicente e as Óperas do infeliz António José foram as nossas únicas produções dramáticas verdadeiramente nacionais.», afirmou Almeida Garrett em 1841. E continuou: «a formação de um repertório nacional é a mais urgente das três grandes necessidades do nosso teatro». Mais de cem anos depois, porém, em 1964, João Gaspar Simões, crítico literário, repetia a ideia: Portugal é «uma nação que em cinco séculos de tentativas teatrais não chegou a criar uma tradição teatral que se veja». A literatura portuguesa dos últimos duzentos anos tem autores da craveira de Eça de Queiroz, de Fernando Pessoa ou do prémio Nobel José Saramago, mas não gerou dramaturgos que se possam comparar a estes escritores. Não terão os portugueses via dramática? Maria Helena Serôdio, do Centro de Estudos de Teatro, afirmou há poucos anos que se por um lado «o dramaturgo português tem pouca ocasião de se confrontar com a experiência do palco», por outro, e a título de exemplo, nos anos noventa, «um curto ciclo de peças originais apresentado na sala estúdio do Teatro Nacional de D. Maria II não teve qualidade de nível suficiente para convencer espectadores e gente de teatro das vantagens da dramaturgia portuguesa». O que fazer?

A intermitência dos prémios e a ausência de candidatos

A reacção habitual a este panorama é a tentativa de aumentar a quantidade de peças disponíveis, criando prémios a que os dramaturgos possam concorrer enviando as suas obras. Garrett foi o primeiro a fazê-lo, em pleno século dezanove. Actualmente há uma série de prémios. Os principais são o SPA / Novo Grupo, que garante edição, tradução e encenação, além de um prémio monetário; e os prémios INATEL/Novos Textos e Miguel Rovisco (para autores de idade inferior a 25 anos), agora apenas para associados do INATEL. A Associação Portuguesa de Escritores tem um prémio de dramaturgia desde 1993, mas que é raramente atribuído, e desde há quatro anos há um Prémio Albufeira de Dramaturgia / APE, bienal, também monetário. Durante dois anos houve o Prémio Novas Dramaturgias, do Dramat (atribuído apenas uma única vez). Finalmente existe um prémio da Sociedade Portuguesa de Autores para a melhor peça original levada à cena – está na segunda edição. Nem a Associação Portuguesa de Argumentistas e Dramaturgos, nem a Associação Portuguesa de Crítica Teatral têm algo semelhante. A APAD atribuiu uma única vez o prémio anual para o melhor texto editado e levado à cena. Muito recentemente foi anunciado o Prémio Maria Matos, também monetário, cujo objectivo, segundo o director do Teatro homónimo, é combater «a dificuldade de colocar em cena textos portugueses», por serem geralmente de «pouca qualidade e em baixa quantidade». Durou duas edições. O prémio luso-brasileiro António José da Silva vai agora na quinta edição, tendo premiado já José Maria Vieira Mendes e Abel Neves. A autarquia de Santarém premiou também já por duas vezes textos originais, entre os quais um de Armando Nascimento Rosa. Como vão estes prémios fazer o que em cento e cinquenta anos ninguém fez é impossível saber. A rapidez com que são criados e extintos tais competições é de tal ordem que este parágrafo perde a validade a cada trimestre. A atribuição de prémios, raramente culminando na leitura ou encenação dos textos, não tem contribuído para aumentar o número ou qualidade de peças de teatro portuguesas.

A irregularidade da atribuição revela que não há candidatos em número ou qualidade suficiente?

A intermitência de apoios e edições e a ausência de formação

Em Portugal não há uma tradição de escrita teatral, nem uma tradição de montagem de peças originais. Por isso muito dificilmente haverá bons dramaturgos por descobrir e boas peças escondidas em gavetas. Se é por falta de qualidade, deve apostar-se em medidas que aumentem a qualidade das peças. E o que se poderá fazer para mudar esta fraqueza da nossa dramaturgia? Um dramaturgo faz-se pelo contacto, maior ou menor, com os palcos, vendo as suas peças serem feitas, dizem alguns, ou trabalhando com encenadores, dizem outros. Sendo assim, fazia todo o sentido o programa da Fundação Calouste Gulbenkian de apoio à contratação de dramaturgos residentes, que fomentou durante algum tempo o trabalho dos escritores em colaboração com encenadores e companhias. Por muito bom que fosse, o programa foi extinto há dois anos. No âmbito estatal, houve até 2002 Bolsas de Criação Literária na área da dramaturgia, cujas obras resultantes se encontram na maioria por encenar e/ou publicar. No campo da edição os apoios concedidos pelo IPLB até 2004 encontram-se suspensos. Finalmente, e talvez o mais importante, não há formação nem nas escolas superiores nem nos teatros: o ensino da escrita teatral em Portugal continua a ser feito de modo demasiado informal e esporádico.

A ausência da dramaturgia nacional dos Teatros Nacionais

É desencorajador. No entanto, as obrigações do Estado mantêm-se. O incentivo público à dramaturgia portuguesa é tão antigo quanto a criação do Teatro Nacional, para a qual foi fundado, e decorre do projecto cultural de Almeida Garrett. A Lei Orgânica do TNDMII obriga aquela entidade a fazer «a defesa e divulgação dos grandes textos da

dramaturgia nacional, a par da promoção da criação e da produção de dramaturgias de autores nacionais (...); os Estatutos dão por objecto do Teatro Nacional «a promoção da criação e da produção de dramaturgias contemporâneas, nomeadamente de autores nacionais, contribuindo, através da divulgação e valorização dos criadores e suas expressões artísticas, para a continuidade e vitalidade da produção teatral nacional e para o enriquecimento do património cultural português». E a Lei Orgânica do segundo principal teatro, o Teatro Nacional de S. João é diferente na forma, mas semelhante no espírito: «Defender e difundir a cultura teatral portuguesa, quer pela produção regular das obras mais relevantes dos seus vários períodos históricos, quer pela apresentação de novos originais portugueses» e, alínea *d*, «Estimular a formação e promoção de novas gerações de dramaturgos, tradutores, actores, encenadores, cenógrafos, técnicos e demais profissionais do teatro». Estará isto a ser feito?

Um cálculo a partir dos registos electrónicos do Centro de Estudos de Teatro revela que entre Janeiro de 1999 e Junho de 2006, em 86 produções, o TNSJ estreou 15 peças originais, escritas para teatro e não encenadas pelos próprios autores, de 12 dramaturgos portugueses diferentes, ou seja – 17%; e o TNDMII [com um hiato entre Março de 2000 e Março de 2002] estreou 3 peças, de 4 dramaturgos portugueses, em 51 produções –6%, se incluirmos *Conferência de imprensa e outras aldrabices*, dos Artistas Unidos, que continha sketches de dois autores portugueses; e *Madame*, de Maria Velho da Costa, uma co-produção com TNSJ). É pouco, é muito? Que número será razoável? Teríamos de comparar com Teatros Nacionais de outros países, onde o fomento da dramaturgia nacional começou há cinquenta anos (no Reino Unido) ou há vinte (em Espanha), mas que hoje exportam peças e dramaturgos, e projectam a sua cultura em todo o mundo.

Sim, salva-se alguma coisa: o Teatro da Trindade, os Artistas Unidos, a Comuna, e o TNSJ (enquanto houve o centro de dramaturgia DRAMAT) têm promovido a escrita e forjado novos autores, através de acções de formação e da encomenda de peças. Jorge Silva Melo, autor e encenador, é o principal promotor de dramaturgos portugueses, seja através de leituras e encenações, seja através da edição da colecção Livrinhos de Teatro e da Revista dos Artistas Unidos. Estes teatros e grupos acolheram e formaram uma mão-cheia de autores. Uma parte deste esforço é certamente ingloria dado o panorama geral acima retratado. Mas os autores ligados a estes e outros projectos devem ser apoiados para que desenvolvam as suas obras. Há uma grande receptividade a textos originais, em português, nos palcos – por parte dos espectadores, pelo menos, e isso deve encorajar os artistas e os servidores públicos. Em Coimbra vai ser criado um centro de dramaturgia, ligado ao Teatro Académico Gil Vicente e aos cursos de Estudos Artísticos, com dramaturgos residentes. No Porto, as Leituras no Mosteiro deram destaque desde o ano passado a alguns autores nacionais. O Teatro Artimagem promoveu já três edições de uma Mostra Anual de Dramaturgia, que deu a conhecer textos inéditos e chegou a encomendar alguns originais.

Dois casos têm apresentado uma dramaturgia da identidade local e/ou regional, com textos originais de Abel Neves e José Luís Peixoto ou dramaturgia de Natália Luiza: o Teatro Meridional e o Teatro Regional da Serra do Montemuro. Grupos mais novos como os Primeiros Sintomas (com peças de Miguel Castro Caldas) e o Teatro Praga (com textos de Pedro Penim, André e. Teodósio e José Maria Vieira Mendes) são a face mais urbana, ou lisboeta, da escrita teatral contemporânea, a que se devem somar Patrícia Portela (Prado) e Tiago Rodrigues (Mundo Perfeito), autores ainda mais universais.

No Porto, devem destacar-se, por um lado, mais concreto e realista, os espectáculos do Teatro da Palmilha Dentada, com o humor verbal alegórico de Ricardo Alves; a Panmixia, sempre com José Carretas, um autor de diálogos precisos e versos preciosos; e o Teatro Artimagem, que apresentou já textos de Pedro Eiras, Jorge Marmelo, Jorge Palinhos e,

sobretudo, Fernando Moreira (agora também com O Astro Fingido); e por outro, mais abstracto e simbólico, os Visões Úteis, que alternam entre textos de autores estrangeiros e peças com dramaturgia própria; e o Teatro Bruto, que tem produzido textos de vários autores, entre os quais Regina Guimarães, Valter Hugo Mãe, Gonçalo M. Tavares, Daniel Jonas, e Marta Freitas.